



TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO

Saída pela Jordânia

Com o espaço aéreo fechado em Israel, autoridades brasileiras presas no país devem ser retiradas em operação por terra após negociação conduzida por senadores. A situação de turistas, no entanto, continua incerta

» MAIARA MARINHO
» EDUARDA ESPOSITO
» RAPHAELA PEIXOTO
» ADRIANA BERNARDES

A segunda-feira começa com a expectativa de retirada de 13 autoridades brasileiras de Israel. Em negociação feita pelo Grupo Parlamentar Brasil-Israel, presidido pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com a embaixada do país no Brasil, as Forças de Defesa israelense devem escoltar o grupo, a partir das 7h30 no horário local, até a Jordânia por via terrestre. "Está confirmado. A expectativa é de que o primeiro grupo saia amanhã (hoje), sim", diz Carlos Viana.

O país está em combate com o Irã desde sexta-feira. Comitivas com brasileiros encontram-se em Tel Aviv, Jerusalém e Kfar Saba. Entre eles, está um grupo de evangélicos que foram ao país para uma missão religiosa, além de prefeitos e secretários estaduais convidados pela Embaixada de Israel no Brasil para a participação em um evento. Neste domingo, os ataques foram intensificados (leia mais na página 9).

Os escoltados até a fronteira da Jordânia serão entregues à embaixada brasileira no país. De acordo com Carlos Viana, "Israel considera que o Brasil é hostil à política externa do país e tem dado, naturalmente, preferência a outros pedidos". Embora o grupo parlamentar trabalhe para a retirada de todos os brasileiros das comitivas, há uma preocupação com os turistas que estão em Israel. "Não há previsão de como nós possamos retirá-los de lá", explicou o senador. "Mas estamos aguardando e negociando com o governo de Israel uma saída e esperamos que o Itamaraty faça mais esforços, porque até o momento as negociações entre os dois países estão completamente paralisadas. Mas o governo brasileiro não tem conseguido dar as respostas necessárias", relatou.

De acordo com um dos integrantes da comitiva do Governo do Distrito Federal que falou ao **Correio** sob a condição de anonimato, autoridades israelenses ofereceram, neste domingo, a comitiva de autoridades do GDF, a possibilidade também de deixar

Protestos pelas capitais

IAN MAENFELD/ESTADÃO CONTEÚDO



Manifestações contra os ataques de Israel à Faixa de Gaza tomaram as ruas de capitais brasileiras ontem. Entre entidades sindicais, políticos e ativistas, estava, no protesto que ocupou as ruas de São Paulo, o brasileiro Thiago Ávila, deportado pelo governo israelense na quinta-feira. Os atos,

que ocorreram também em Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e outras cidades durante o fim de semana, se unem a um movimento internacional de mobilização em defesa do povo palestino e de condenação a posturas de Israel. O objetivo, além de pedir por cessar-fogo, é apelar

pela negociação de abertura de passagem que é controlada pelo Egito ao sul de Gaza, a fim de levar ajuda humanitária. Bandeiras palestinas e cartazes em apoio ao país do Oriente Médio que sofre com ataques militares israelenses desde 2023 faziam parte

das mobilizações. Os manifestantes brasileiros, além de demonstrar revolta em relação à morte de pessoas em território palestino, cobram do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o rompimento de relações diplomáticas com Israel. (Lara Perpétuo)



Israel considera que o Brasil é hostil à política externa do país e tem dado, naturalmente, preferência a outros pedidos"

Carlos Viana, senador

o país pela Jordânia. "Nos apresentaram a proposta para que avaliemos. Alguns têm receio de optar por isso. Outros, acham uma opção viável."

Ontem, mais de 30 mísseis foram disparados em direção a Israel. "Cada um tem 500kg de explosivos que causam danos muito graves nas cidades atingidas", disse o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine. A representação diplomática está em contato direto com as comitivas brasileiras tentando verificar como eles podem sair de Israel em segurança por via terrestre enquanto o espaço aéreo está

fechado. "É nossa responsabilidade, são nossos visitantes no país", disse o embaixador.

O estado de emergência em Israel foi estendido até o fim de junho. Com isso, há a possibilidade de que os brasileiros fiquem por esse período no país. "Depende, de uma certa maneira, da escolha deles, se eles querem sair só na parte aérea, então temos que esperar até que o espaço aéreo de Israel seja aberto".

A saída pela Jordânia, devido aos bombardeios, deve ser verificada em tempo real. Questionado sobre o conflito de Israel contra a Palestina,

o embaixador informou que o país tenta apenas eliminar a força do Hamas. "Fazemos isso de uma maneira com muita cautela, uma maneira bem lenta para evitar danos para os palestinos não envolvidos e para as forças israelenses", comentou. Segundo Zonshine, o objetivo do Irã é a construção de uma arma nuclear, o que é uma grande preocupação de Israel.

Caravana retida

Uma caravana evangélica com 56 brasileiros, em missão religiosa na Galileia, também está

retida em Israel. O senador Nelson Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores no Senado, informou, em suas redes sociais, que solicitou a inclusão do grupo nas tratativas de repatriação com a delegação brasileira. Desde o fim da semana passada, a comissão intensificou as articulações com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para viabilizar o envio de uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) com o objetivo de repatriar os brasileiros que estão em Israel, entre eles governadores, prefeitos e secretários de 11 estados.



ROBERTO BRANT

NEM O GOVERNO NEM AS SUAS LIDERANÇAS PARLAMENTARES PARECEM SOLIDÁRIOS À LUTA DO MINISTRO PARA SALVAR O CHAMADO ARCABOUÇO FISCAL

A solidão do ministro é também a nossa solidão

A questão fiscal volta a assombrar o ambiente político. Por mais tediosas que sejam essas questões fiscais, sua discussão neste momento está se mostrando mais do que um embate técnico, para tornar-se de fato um realinhamento das forças políticas em relação ao governo. Parece que os políticos estão aproveitando para encurralar o governo e, se for o caso, impor-lhe uma derrota, para demarcar de uma vez os lados para as eleições do ano que vem.

É a velha rotina do nosso desgastado presidencialismo de coalizão, ou, seria melhor dizer, de cooptação. Empossado o governo, a maioria dos partidos associa-se a ele para compartilhar os frutos doces do poder. Quando o governo se aproxima do

entardecer, a maioria começa a desfazer-se, voltando cada grupo ao seu leito de origem para ver o que ocorre nas eleições seguintes. No entanto, a questão fiscal existe e é uma pena que nem o governo nem o Congresso lhe atribuam a real gravidade.

Neste momento, em particular na arena da política, somente o ministro da Fazenda parece estar dando a ela a importância que tem, mas está completamente sozinho neste empenho. Nem o governo nem as suas lideranças parlamentares parecem solidários à luta do ministro para salvar o chamado arcabouço fiscal, deixando-o exposto solitariamente aos influencers do parlamento e ao cerco da imprensa.

Para falar a verdade, o

arcabouço foi sempre um erro. Foi concebido para dar fim ao teto de gastos, instituído no governo Temer para evitar o colapso do Estado e mantido no governo Bolsonaro. Com todas as limitações, se tivesse durado mais um pouco teria devolvido a potência fiscal necessária para se governar um país com tantas carências. Mas o governo Temer e o governo Lula são de naturezas muito diferentes.

Temer, na sua tarefa de reconstruir o país, a partir de escombros, com medidas duras, sempre conviveu com baixa aprovação. Alguém deve se lembrar de que, logo no seu início, o publicitário Nizan Guanaes fez a Temer o apelo para que não desperdiçasse sua impopularidade

e fizesse para o país o que fosse preciso. Assim foi feito. Veio o teto de gastos, a reforma trabalhista, a Lei das Estatais, o resgate da Petrobrás e tanta coisa mais em um curto mandato. Teria feito ainda mais não fosse o inexplicável assédio do procurador-geral da República.

Ali, os poderes começaram a se estranhar. O governo Lula, ao contrário, tem pânico da impopularidade e, para evitá-la, mesmo que temporariamente, é capaz de qualquer coisa. Diante do teto de gastos que o impediria de gastar o que não tinha para turbinar sua popularidade, ainda em 2022 conseguiu a cumplicidade do Congresso para gastar, logo no primeiro ano de mandato, R\$ 230 bilhões acima do teto.

Foi preciso uma Emenda à Constituição — a PEC da transição — a PEC da Presidência, fulminou de vez o teto com a aprovação do chamado arcabouço fiscal, que mesmo liberando mais despesas, prometia alguma contenção.

Mesmo com aumentos aleatórios de impostos, as promessas do arcabouço ficaram para trás, os deficits continuaram e permaneceu o aumento da dívida pública, agravada por juros extravagantes, que os próprios dirigentes escolhidos por Lula não podem aliviar por causa da expansão dos gastos que está na própria lógica do governo.

Diante de tudo isso, sobressai a figura melancólica do ministro da Fazenda, que, fiel ao papel de

guardião da integridade do crédito público e do equilíbrio financeiro do Estado e da economia, tenta numa jornada solitária salvar o país do colapso que se anuncia para o próximo período presidencial. Não pode propor mais do que remendos, pois o Ministério da Fazenda não decide sobre os gastos, apenas paga o que foi gasto e faz a gestão da dívida pública.

O que vem sendo proposto realmente não merece aprovação, mas o que precisa ser feito não conta com a aprovação do governo e dificilmente seria aprovado por um Congresso que só pensa nas eleições. A solidão do ministro da Fazenda é a mesma de todos os brasileiros. Mais uma vez, estaremos sozinhos para enfrentar nosso destino.